



DOSSIÊ



Transição de gênero na conjugalidade

Maria Luísa Tessarollo Xavier, *Universidade de São Paulo*
Isabel Cristina Gomes, *Universidade de São Paulo*

Resumo. Esse artigo tem como objetivo discutir a transição de gênero na conjugalidade a partir de um material narrativo autobiográfico, de Letícia Lanz no livro *A construção de mim mesma: história de uma transição de gênero* (2021), sob a perspectiva da psicanálise dos vínculos e em articulação com os estudos psicossociais. De modo introdutório fazemos uma breve contextualização teórica crítica das chamadas trans identidades, depois passamos para definir o casal e sua dinâmica relacional, sob a perspectiva do “entre”. A história de Letícia Lanz e seu processo de (trans)formação é abordado dentro da vertente conjugal, no sentido de enfatizar os vários modos de ser casal na contemporaneidade, tendo ainda como padrão a cisheteronormatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Conjugalidade. Cisgênero. Transidentidades. Casal. Psicanálise.

Trans identidades: uma breve contextualização crítica

Ao introduzir e endereçar conceitos que se referem às trans identidades, faz-se necessária uma contextualização compreendida aqui como breve, por não ter como finalidade esgotar o tema, e crítica, levando em consideração as frequentes discussões contemporâneas acerca deste assunto. É imprescindível reconhecer, concomitantemente, sua historicidade e atualidade, de modo que falar da travessia trans identitária envolve um campo móvel, em constante (trans)formação.

No século 18, a conduta sexual foi tomada como objeto de análise e alvo de intervenção das ciências médicas, com o objetivo de fomentar a economia da reprodução por meio de um dispositivo de controle da sexualidade (FOUCAULT, 1976/2024). A partir disso, enrijecimentos de gênero e binarização foram estabelecidos como intrínsecos à natureza humana (MACEDO, 2024), o regime da diferença sexual foi considerado universal (PRECIADO, 2022), e a posição cisnormativa assumiu posto de referência (CANNONE, 2019).

Experiências dissidentes foram nomeadas como anormais (MATTOS; CIDADE, 2016) e se tornaram palco de disputa para diversas áreas, como a medicina e a psicanálise, que se autorizaram a produzir dispositivos de controle da sexualidade (FOUCAULT, 1976/2024; PORCHAT & OFSIANY, 2020; PRECIADO, 2022). A transgeneridade surge, portanto, como o antagonismo da cisgeneridade, até então não nomeada (PFEIL & PFEIL, 2024).

Foi constituído um modelo psicopatológico que representaria a experiência de pertencer ao gênero oposto designado no nascimento, diferentemente da vivência cisgênera, supostamente natural, de identificação com o gênero atribuído biologicamente (OLIVEIRA, 2019; ARÁN, 2006). No processo de circunscrever a travessia trans identitária em torno da ideia de doença, o termo transexual, inicialmente proposto como transexualismo, foi adotado para estabelecer critérios que definiriam os indivíduos, categorizando-os e, inevitavelmente (ou melhor, propositalmente), limitando-os (ZAMBRANO, 2011).

Zambrano (2011) aponta que, diante da relação de poder estabelecida no processo violento de terem que se “provar”, algumas pessoas trans utilizam estratégias de convencimento que adequam suas narrativas ao discurso médico para se enquadrarem nos critérios estabelecidos para adquirirem direitos, como realização de cirurgia. Esse

movimento é fomentado uma vez que indivíduos que não se enquadram nessa definição não são vistos como “verdadeiros transexuais” e, portanto, representam corpos abjetos ocupantes de um entre-lugar: nem homem, nem mulher, e recebem o nome de travestis (OLIVEIRA, 2019; ARÁN, 2006).

De acordo com Barbosa (2010, 2013) a diferenciação entre transexuais e travestis representa as invenções convencionais heteronormativas performativas que se articulam com questões de gênero, sexualidade, raça, geração, classe social e performance, apresentando um espaço possível de trânsito. O autor destaca que tais referenciais estão sendo reinventados na atualidade, produzindo extensões de sentidos. Diante disso, optamos pelo uso do termo guarda-chuva trans identidades para desviar das inscrições patologizantes e, também, visando “abrigar diferentes formas de dissidência em relação à norma instituída pela divisão sexual binária” (CUNHA, 2021, p. 14).

Entender-se como trans é um processo dinâmico e não necessariamente relacionado com recursos e intervenções médicas que visem mudanças corporais (ROCON et al., 2018). O sistema binário que explica o gênero e sexo de maneira determinadamente interligada (BUTLER, 2003) estremece frente à constatação que as vivências trans são plurais e transcendem as contradições do binarismo de gênero, não se limitando à dicotomia homem/mulher (MACEDO, 2024). Portanto, a mera existência de pessoas trans desafia o regime da diferença sexual e a monocultura do saber academicamente legitimado acerca da padronização das trans identidades (PFEIL & PFEIL, 2024).

Desse modo, a realidade trans necropolítica brasileira gera um país que mais mata pessoas trans no mundo, encurtando essa expectativa de vida para 35 anos (RODRIGUES et al., 2021; SILVA et al., 2020). A inexistência de dados produzidos por órgãos oficiais do Brasil acerca da população trans, uma vez que nos levantamentos leva-se em conta somente o sexo biológico (PREU; BRITO, 2019), contribui para o apagamento e aniquilamento destas identidades na medida em que embasa a desconsideração de suas necessidades e de políticas voltadas para pessoas trans (PRUDENCIANO, 2023).

Essa realidade se contrapõe aos direitos que as pessoas trans têm diante da Constituição Brasileira e as insere em um contexto assinalado por desafios como discriminação, violência e exclusão (ALEXANDRE; SANTOS, 2019; CARVALHO; GONÇALVES, 2024). Como consequência, suas vidas são atravessadas pelo marcador de não corresponder à

cisheteronormatividade, impactando cotidianamente os indivíduos e suas relações.

No documentário *De gravata e unha vermelha*, Miriam Chnaiderman (2015) busca dar voz a estas pessoas em um espaço que possam contar suas histórias. Dentre os relatos, destaca-se a transição de gênero de Letícia Lanz aos cinquenta anos. Letícia conta, também em seu livro *A construção de mim mesma: uma história de transição de gênero* (LANZ, 2021), que permaneceu casada com sua esposa, Angela, durante esse processo, descrevendo um cenário em que a “saída do armário” ocorre na vida adulta e é vivenciada em conjunto com a parceira.

No contexto sociocultural enraizado na diferença sexual, a transição de gênero em uma relação modifica sua densidade e reverbera em todas as pessoas envolvidas (BRAZ et al., 2020; NOVO, 2025). Considerando a especificidade em que um casal cisgênero passa por uma (trans)formação, surge a possibilidade de compreender a dinâmica intersubjetiva conjugal a partir deste processo.

Por meio da escrita de si, narrativas autobiográficas apresentam um campo potencial de escuta e, revelam dimensões subjetivas e afetivas das experiências vividas (SILVA & CARVALHO, 2025). Levando isso em consideração, pretende-se realizar um estudo teórico-interpretativo a partir do material narrativo autobiográfico no livro de Letícia Lanz (2021), ancorado nos estudos da psicanálise dos vínculos. Essa opção metodológica é baseada na posição de Mezan (2019) sobre o movimento de articulação da psicanálise com várias formações culturais, a fim de produzir contribuições para a clínica.

Não há metade para a minha laranja?

Em *O banquete* (PLATÃO, 2012), Aristófanes propõe uma explicação mítica para o amor sob a lógica de que os seres humanos eram andróginos (compostos por homem e mulher) e foram separados por Zeus por ameaçarem os deuses. Além de se apresentar como um prato cheio para o regime da diferença sexual, o mito aborda a busca incessante da metade perdida, que restauraria uma sensação de completude. Essa compreensão filosófica da expressão amorosa dialoga na contemporaneidade no que se refere a falta e a expectativa de

encontrar a metade da laranja na parceria amorosa (ALMEIDA, 2014; SUY, 2022).

Nesse sentido, o relacionamento amoroso destaca-se por promover sentidos e significados diferenciados no cotidiano dos indivíduos (ALMEIDA, 2014). Na atualidade observa-se a promessa em torno da felicidade como consequência de viver um amor recíproco estável em diversas culturas. Essa ilusão é sustentada pelo ideal de casal moderno, cujo modelo cisgênero heterossexual monogâmico se apresenta como norma para o imaginário social (ALEXANDRE; SANTOS, 2021; MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011).

Não obstante, segundo Spivacow (2018), a presença no imaginário popular é de uma fantasia estendida de eternidade. O enredo do felizes para sempre é um sonho, transmitido de geração em geração, através da arte (LAMANNO, 1993). Sendo assim, mistificações são conferidas ao amor romântico, associando-o à tendência ingênua de enxergá-lo como algo permanente, afastando a potência transformadora da mudança em detrimento da ilusão de estabilidade (MÉNDEZ, 2024).

Desse modo, o casal moderno monogâmico constituído por um homem e uma mulher cisgêneros e heterossexuais ocupou o posto de modelo por décadas, bem como a referência de família nuclear que vinha a ser estabelecida com os filhos biológicos deste casal. Como consequência das transformações da contemporaneidade, em especial no século 21, as famílias da atualidade apresentam maior flexibilidade com relação à organização patriarcal e são múltiplas em suas variações (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011; SPIVACOW, 2018). Entretanto, a diversidade de ideias e a rapidez das mudanças sociais colide com o descompasso na capacidade do sujeito de processá-las com a mesma igualdade (GOMES, 2016), resultando em uma discrepância assinalada por Gomes (2022, p. 16): “se por um lado, hoje vivemos com vários arranjos familiares, por outro, a hegemonia da família tradicional heterossexual ainda se faz presente em nossa sociedade”.

Apesar de enfrentar complicações na realidade, resquícios da sociedade cisheteropatriarcal se fazem presentes e, dentre eles, destacamos os discursos religiosos, científicos, educacionais e midiáticos que são introjetados e utilizados para fazer a distinção dos indivíduos que não se encaixam na lógica sexual imposta. Assim, aprende-se quais indivíduos ou grupos são reconhecidos enquanto merecedores de investimento afetivo (NASCIMENTO, 2022).

Tendo em vista que o estabelecimento de relacionamentos que não se inscrevem na ordem cisgênera desafia a lógica normativa vigente,

pessoas trans são interdidas em seu direito de afeto (RODRIGUES et al., 2024) e, em uma sociedade que prega a felicidade e completude por meio do encontro com a cara-metade, a possibilidade de encontrar a parte que falta da laranja é esmagada. Esse cenário, somado à lógica cisheternormoativa monogâmica dos relacionamentos, impactam homens (BOFFI; SANTOS, 2023, 2024) e mulheres (ROVAI, 2021) trans, que atribuem o amor como algo raro em suas vidas e apresentam descrença para manter relações duradouras.

Ainda, a experiência trans em relacionamentos afetivo-sexuais pode ser marcada por angústias e receios no que se refere ao abandono (ROVAI, 2021) e possíveis desrespeitos e violências que podem ser protagonizados pelos parceiros (ALMEIDA; SANTOS, 2024).

Portanto, entende-se que viver e se relacionar fora da norma atribuída à sexualidade e gênero, além de não corresponder ao imaginário social e não se assimilar aos modelos de casal e família que são, supostamente, estáveis e eternamente felizes, pode envolver uma série de riscos. Esse contexto endossa o questionamento de Nunes (2021, p. 20): “Às vezes me pergunto se o amor é pra gente”.

A intersubjetividade nos casais

A Psicanálise dos vínculos se constituiu como uma especificidade da teoria-clínica psicanalítica na medida em que observou-se a demanda para atendimento de casais, famílias e grupos. Com uma postura de abertura para o intersubjetivo, rompendo com a visão restritiva dos fenômenos a partir de uma perspectiva unicamente intra subjetiva, os dispositivos vinculares correspondem a uma abordagem com enfoque em discussões sobre o contemporâneo, em articulação com estudos psicossociais (CYPEL, 2017; DARÓ; GOMES, 2022).

Pichon-Riviére (1982/2000, p.3) define o vínculo como “a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento” e, portanto, descreve-o como social. Ao se estabelecer na presença e na relação entre pessoas, o vínculo promove o encontro com outro em sua concretude, de maneira que o sujeito se depara com algo que não pode

ser reduzido ao seu mundo interno: a alteridade (KAËS, 2011; LEVISKY et al., 2021).

Assim, enquanto o intrasubjetivo corresponde à dimensão psíquica regida predominantemente por determinações interiores ao sujeito, envolvendo um espaço fechado que assimila o mundo interno a partir de funcionamentos projetivos e narcisistas, reduzindo o outro e a realidade exterior à condição de objetos internos; o intersubjetivo diz respeito à faceta partilhada com os outros, na medida em que a interação produz subjetivações e a alteridade do outro é irreduzível. As terapias vinculares levam em consideração o outro real e exterior sem deixar de reconhecê-lo, também, como objeto interno (LEVISKY et al., 2021; SPIVACOW, 2018).

A presença do outro, objeto externo, se impõe como uma alteração imprevisível e configura-se como uma novidade (PIVA, 2020). Esse encontro introduz algo que transcende a história prévia do sujeito e representa um Acontecimento que, a posteriori, modifica as representações intra e intersubjetivamente, promovendo inscrições que alteram os vínculos e as marcas anteriores (LEVISKY et al., 2021; TRACHTENBERG et al., 2018).

Elaborar alteridades e acontecimentos consiste em uma tarefa árdua, que nos convida a reconhecer o outro como diferente. Esse processo promove o trabalho vincular e nos posiciona em um constante e incansável vir a ser outro com outros (GOMES, 2022; TRACHTENBERG et al., 2018). Em uma dinâmica de negociações e sublimações de conflitualidades primordiais, o trabalho vincular constitui um solo fértil para o desenvolvimento de sofrimento e angústia, ao passo que também pode propiciar uma dimensão de surpresa e curiosidade diante do compartilhado, na qual pode-se criar, em conjunto, “um espaço-tempo que permite enfrentar as vicissitudes dos processamentos da diferença” (PIVA, 2020, p. 51).

Na especificidade vincular do casal, pessoas que se escolheram mutuamente para o envolvimento afetivo e sexual por um período de tempo estável constroem, juntas, um outro elemento: a conjugalidade (LEVISKY et al., 2021). Em um jogo de projeções e introjeções, criam-se espaços e objetos compartilhados que não são totalmente de um ou do outro, mas sim, tanto de um como do outro (KAËS, 2014; LIMA, 2022).

Por meio deste processo, o casal constrói um idioma próprio que, da mesma forma, não é propriamente de um nem de outro, pois pertence ao espaço entre (PIVA, 2020). Como os artistas apresentam certa sensibilidade para registrar moções psíquicas (FREUD, 1910/2014), não

nos faltam representações para exemplificar como aquilo que é experienciado no vínculo não pode ser vivenciado com nenhum outro(a), como nos trechos musicais “você me ensinou uma língua secreta que eu não posso falar com nenhuma outra pessoa” (SWIFT; ANTONOFF, 2020, tradução nossa) e “por que nós não vamos falar sobre isso num lugar que só nós conhecemos?” (CHAPIN et al., 2004, tradução nossa).

Compreende-se, então, que há algo no entre que é único em cada relação, fazendo com que cada casal tenha uma identidade específica, ainda que dinâmica (LIMA, 2022; SPIVACOW, 2018). É a partir desta perspectiva vincular que propõe-se a discussão sobre transição de gênero na conjugalidade, na medida em que o que é vivenciado por um, quando em parceria com outro, trará implicações para ambos e para o entre.

A (trans)formação na conjugalidade

A história de Letícia e Angela se desenrola em um desfecho particular, do qual obtemos apenas vislumbres por meio dos relatos registrados. Não nos cabe tomar o material como um caso clínico e analisá-lo à luz da teoria psicanalítica, uma vez que não houve transferência, tampouco setting, para tal. No entanto, o material narrativo autobiográfico publicado aponta para uma experiência que pode ser levada em consideração como algo que não é estritamente clínico, mas que apresenta contribuições para a clínica, em um movimento de articulação da psicanálise com produções culturais (MEZAN, 2019).

Segundo Braz et al. (2020), vivenciar a transição de gênero acompanhado/a da família envolve a repercussão do processo transexualizador nos familiares e, a partir disso, pode-se pensar em como esse processo reverbera, também, em cada um dos indivíduos envolvidos em um relacionamento afetivo-sexual estável. Considerando essa especificidade em que um relacionamento inicialmente constituído por duas pessoas cisgênero passa pela travessia trans identitária, esta última se impõe, tal qual um Acontecimento (LEVISKY et al., 2021; TRACHTENBERG et al., 2018), e, portanto, é possível refletir acerca de suas repercussões na dinâmica conjugal.

O Acontecimento não necessariamente corresponde unicamente à transição de gênero. Na história de Letícia e Angela, por exemplo no trecho “Em mim fez despertar a lembrança dura e cruel dos projetos de

vida que eu estava deixando na beira da estrada” (LANZ, 2021, p. 64) após falar sobre um evento específico, é possível observar como outras situações também promoveram elaborações que modificaram representações intrasubjetivamente e, a posteriori, inscrições que alteraram a dinâmica vincular entre ambas (LEVISKY et al., 2021; TRACHTENBERG et al., 2018).

Em seu livro, Leticia aborda a dificuldade para afirmar sua identidade para Angela: “eu estava ficando louca com a ideia de que ser eu mesma iria ferir cruelmente a mulher a quem eu sempre amei e aos filhos que tivemos juntas” (LANZ, 2021, p. 71). Esse trecho exemplifica como a obediência moral sexual diante do discurso produzido em torno do sexo impõe aos sujeitos restrições e, portanto, sacrifícios psíquicos (FREUD, 1908/2020). Observa-se que o vislumbre da não adequação aos padrões cisgêneros resulta em sofrimento para pessoas trans (MEDEIROS et al., 2025).

A transição de gênero de uma das pessoas em um casal cisheterossexual insere a conjugalidade em uma posição dissidente com relação à norma vigente. Reconhecer e elaborar as vicissitudes deste processo envolve uma contínua dinâmica de renegociação de corpos e desejos na busca de “validar sua existência e dignificar suas vidas como vidas que importam, para além da captura do binarismo de gênero e da matriz heteronormativa” (ALEXANDRE; SANTOS, 2019, p. 85).

Um casal cis-cis que passa a ser um casal cis-trans enfrenta uma dupla especificidade na medida em que se vê diante de um trabalho de vínculo que visa organizar as alterações vinculares enquanto também tenta compreender o novo enquadramento conjugal que escapa a lógica cisheteronormativa. Desse modo, o trabalho vincular também compreende, nesse contexto, à elaboração do luto em torno dos ideais e papéis de gênero, sexo e identidade (ZERBINATI & BRUNS, 2018).

A busca por aceitação social consiste em um desafio para os modelos de parceria dissidentes tanto no contexto de negar a norma quanto na tentativa de lograr a relação dentro desta mesma norma, apresentando um paradoxo para esses casais (PELÚCIO, 2006). Os indivíduos podem se deparar com uma relação em que há manutenção dos papéis sociais de gênero atribuídos aos envolvidos em relacionamentos cisheterossexuais, como no estudo de Pfeffer (2010); ou podem se ver diante do rompimento de seus sonhos de legitimação frente aos padrões cisheteronormativos.

Tendo isso em vista, o percurso de Letícia e Angela certamente não se deu sem percalços. O trabalho vincular envolveu sofrimento, angústia

e brigas, mas também consistiu em conversas, acolhimento e fortalecimento, não necessariamente em etapas que se seguem. A experiência é descrita de modo em que percebe-se um movimento dialético, ora com confrontos, ora com avenças, demonstrando o verdadeiro jogo de negociações e sublimações de conflitualidades primordiais decorrente do trabalho do vínculo (PIVA, 2018, 2020). Nas palavras de Letícia:

Por meses, anos a fio, eu e Angela nos viramos e nos reviramos pelo avesso muitas vezes, tentando encontrar as bases de uma nova relação, até chegarmos à conclusão de que a nova relação que buscávamos era tão somente o prosseguimento da relação honesta, verdadeira e amorosa que sempre tivemos (LANZ, 2021, p. 78).

Além da história de Letícia e Ângela, é possível observar as nuances e repercussões da transição de gênero na conjugalidade em outros escritos autobiográficos. Assim como em Lanz (2021), Nery (2022, p. 71) indica que havia algum aspecto específico da vincularidade que corroborava para o seu processo de constituição de si mesmo: “Embora me sentisse um menino desde os quatro anos, só agora com Vera podia assumir meu verdadeiro gênero masculino”.

Em Rocha (2022, p. 111), a autora também apresenta essa perspectiva:

Contra todas as expectativas, no entanto, ela conseguia. Ela sabia sobre as roupas, sabia sobre os saltos altos e maquiagem, o acompanhava em eventos do clube e até saía com ele “montado”. À sua maneira, conseguia compreender e aceitar a sua vida dupla, as suas vontades ocultas e muitos dos seus desejos, alguns dos quais nem ele mesmo conseguia entender, mas que estavam lá a todo momento. Ela estava ao seu lado sempre, e isso fazia grande diferença”.

Os autores apresentam o apoio das parceiras como um fator importante e, a partir disso, é possível perceber que “o poder exercido nos vínculos familiares é uma força produtiva tanto quando é contrária como quanto é favorável a mudanças nas identidades de gênero” (NOVO, 2025, p. 543). No entanto, diferentemente de Letícia e Ângela, os relacionamentos referidos por João Nery e Márcia Rocha nos trechos destacados culminaram na separação.

Segundo Lamanno (1993), a relação conjugal se desenvolve na medida em que o casal tece um envoltório forte, para que sustente as rupturas, mas maleável, permitindo pequenos movimentos e fissuras que, aos poucos, constituem uma transformação. É interessante observar que a abertura para elaborar as mudanças na conjugalidade se contrapõe à ideia de estabilidade eterna que se apresenta como norma para o imaginário social (ALEXANDRE; SANTOS, 2021; MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011). A potência transformadora da mudança se revela na medida em que

É impossível amar sempre da mesma maneira, mas é possível construir um *entre* que se baseie em afinidades, que não reivindicuem nem completude nem totalidade, pelo contrário, que nos permita desenhar cartografias e estratégias, sempre incertas, que nem sempre são coincidências, mas que têm como objetivo o aumento da nossa potência e desejando produção (MÉNDEZ, 2024, p. 45).

Sendo assim, entende-se a transição de gênero de um dos parceiros de um casal como um Acontecimento que fomenta o trabalho vincular. Ao construir um espaço-tempo que suporte as vicissitudes decorrentes de processar as diferenças (PIVA, 2018), a dinâmica conjugal passa por uma (trans)formação.

Considerações finais

Em suma, buscou-se conduzir um estudo teórico-interpretativo que articula o material narrativo autobiográfico de Letícia Lanz (2021) e os estudos da psicanálise dos vínculos, com o objetivo de compreender a dinâmica intersubjetiva conjugal a partir do processo de transição de gênero de uma das pessoas envolvidas. Contudo, como cada casal cria seu próprio *entre*, em uma constante dinâmica (LIMA, 2022), a clínica vincular é constituída de acordo com cada caso, considerando as particularidades de cada vínculo (SPIVACOW, 2018). Desse modo, essa discussão não se propõe a estabelecer um padrão ou norma, pois cada elaboração conjugal será única. Outrossim, essa posição se opõe à delimitação de um suposto exemplar para as vivências trans identitárias, em respeito a sua pluralidade (MACEDO, 2024).

Destaca-se como o amor romântico e a conjugalidade se encontram imersos em ideais normativos que privilegiam a lógica cisheterossexual, produzindo interditos afetivos e, conseqüentemente, sofrimento. Ainda, o modelo de amor romântico presente no imaginário social visa uma parceria atrelada à estabilidade eterna. Esse contexto nos possibilita compreender que as trans identidades interpelam os limites dos referenciais tradicionais de família e casal em seus relacionamentos afetivo-sexuais.

Além de desafiar a norma vigente, a continuidade do relacionamento que deixa de se inscrever na ordem cisgênera demonstra a potencialidade da dimensão do encontro e do compartilhado. As mudanças na dinâmica vincular são decorrentes de transformações intrapsíquicas e intersubjetivas que reverberam no entre, exemplificando a perspectiva de que no vínculo se constrói, continuamente, algo entre dois, não dependendo de um só sujeito, mas de ambos.

Por fim, enfatiza-se novamente o campo móvel dessa temática, em constante (trans)formação. Portanto, ressalta-se a importância de conduzir mais estudos nessa área, priorizando pesquisas pautadas na narrativa de pessoas trans acerca de suas próprias experiências, visando produzir conhecimento adequado para compreendê-las e/ou acolhê-las, seja na clínica individual, de casal ou de família.

Referências:

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 9, n. 1, p. 49-63, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALEXANDRE, V.; SANTOS, M. A. D. Experiência conjugal de casal cis-trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 75-87, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228629>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALEXANDRE, V.; SANTOS, M. A. D. Conjugalidade cis-trans: reinventando laços, desestabilizando certezas. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 41, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224044>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALMEIDA, T. D. Processo da escolha conjugal sob a perspectiva da psicanálise vincular. *Pensando famílias*, v. 18, n. 1, p. 3-18, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALMEIDA, R. G. D.; SANTOS, M. A. D. Políticas afetivo-sexuais na cisheteronormatividade: resistências e estratégias de bem viver de uma mulher transexual. *Psicologia USP*, v. 35, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/GdPcWNZ7S3PNpGMwGDBDYVr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BARBOSA, B. C. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v. 14, p. 352-379, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BARBOSA, B. C. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOFFI, L. C.; SANTOS, M. A. D. Percepções e expectativas de homens trans acerca dos relacionamentos afetivo-sexuais pós-transição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003250825>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BOFFI, L. C.; SANTOS, M. A. D. "Vou ficar sozinho para sempre?": expectativas de homens trans sobre relacionamentos afetivo-sexuais. *Psico*, v. 55, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2024.1.42121>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRAZ, D. G. D. C.; REIS, M. B.; HORTA, A. L. D. M.; FERNANDES, H. Vivências familiares no processo de transição de gênero. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 33, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0251>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BUTLER, J. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 22^o ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CANNONE, L. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 21-34, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CARVALHO, P.; GONÇALVES, M. O Custo da Ignorância: a Realidade dos Estudantes Transsexuais em um Mundo Ignorante. In *Anais do XXXII Seminário de Educação*, p. 487-496, 2024. Disponível em: [doi:10.5753/semiedu.2024.32702](https://doi.org/10.5753/semiedu.2024.32702). Acesso em: 2 set. 2025.

CHAPIN, T., HUGHES, R. D., RICE-OXLEY, T. Somewhere only we know. In: KEANE (Intérprete). *Hopes and Fears*. Universal Music Group, 2004. 1 CD.

CHNAIDERMAN, M. De gravata e unha vermelha. Direção: Miriam Chnaiderman. Reinaldo Pinheiro, 2015. Documentário.

CUNHA, E. L. O que aprender com as trans identidades: psicanálise, gênero e política. 2^o ed. Porto Alegre: Criação Humana, 2021.

CYPEL, L. R. C. Reflexões sobre a interpretação na clínica contemporânea de psicanálise dos vínculos de família e casal. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 51, n. 2, p. 55-64, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2017000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 2 set. 2025.

DARÓ, B. R.; GOMES, I. C. Quando Édipo encontra Lábdaco: Sobre o Complexo de Édipo entre um avô e uma neta à luz da Psicanálise Vincular. *Vínculo-Revista do NESME*, v. 19, n. 2, p. 201-209, 2022.

Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/1394/139473388005/139473388005.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

FREUD, S. Sobre um tipo particular de escolha de objeto nos homens. In

FREUD, S. *Amor, sexualidade e feminilidade*. Tradução de M. R. S. Moraes. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 121-135. Trabalho original publicado em 1910.

FREUD, S. A moral sexual “cultural” e a doença nervosa moderna. In FREUD, S. *O mal-estar na cultura e outros textos sobre sociedade e religião*. Tradução de M. R. S. Moraes. v. 1. Belo Horizonte: Audiência, 2020, p.65-98. Trabalho original publicado em 1908.

FOUCAULT, M. A vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024. (Trabalho original publicado em 1976).

GOMES, I. C. Novas formas de filiação na contemporaneidade: a reprodução assistida e a clínica psicanalítica. In: RAMOS, M. (Org.). *Novas fronteiras da clínica psicanalítica de casal e família*. São Paulo: Escuta, 2016. p. 159-169.

GOMES, I. C. As mudanças psicossociais na família e seu impacto na clínica de casal e família. In: PENNACCHI, R.; THORSTENSEN, S. (Orgs.). *Psicanálise de casal e família: uma introdução*. São Paulo: Blucher, 2022. p. 25-42.

KAËS, R. Um singular plural. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LAMANNO, V. L. C. Repetição e transformação na vida conjugal. São Paulo: Summus editorial, 1993

LANZ, L. A construção de mim mesma: uma história de transição de gênero. São Paulo: Objetiva, 2021.

LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. *Dicionário de psicanálise de casal e família*. São Paulo: Blucher, 2021.

LIMA, C. B. de. Individualidade, conjugalidade, família. In: PENNACCHI, R.; THORSTENSEN, S. (Orgs.). *Psicanálise de casal e família: uma introdução*. São Paulo: Blucher, 2022. p. 277-303.

MACEDO, L. M. *Experiências de não binaridade: o gênero, a psicanálise e uma nova epistemologia*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista.

MATTOS, A. R.; CIDADE, M. L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 132–153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MEDEIROS, B. A. de O.; FONSECA, A. M. D.; SILVA JÚNIOR, J. A. da.; MORAES, A. N. D.; SAMPAIO, A. F.; NASCIMENTO, E. G. C. do. A Construção da identidade transgênero e as imposições da matriz social binária e cisnormativa. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, V. 36, p. 1-9, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1255>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MÉNDEZ, M. L. O fim do amor ou a queda de uma ilusão?. In: BIANCHI, A. N., ZUKERMAN, P. (Orgs.). *Psicanálise de casal e família: reflexões latino-americanas*. São Paulo: Blucher, 2024. p. 42-45.

MEZAN, R. Interfaces da psicanálise. 2 ed. São Paulo: Blucher, 2019.
MOGUILLANSKY, R. NUSSBAUM, S. L. *Psicanálise Vincular - teoria e clínica. Volume 1: Fundamentos teóricos e abordagem clínica do casal e da família*. São Paulo: Zagodoni Editora, 2011.

NASCIMENTO, L. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOVO, A. L. C. “O nome que eu sou”: Pessoa, gênero, relacionalidade e os sentidos da nominação de sujeitos trans. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 524–549, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/66447>. Acesso em: 15 jan. 2026.

NUNES, E. Borra de café no fundo da xícara. In: Pfeil, B. Pustilnick, N. Victoriano, N. (Orgs). *Corpos transitórios: narrativas transmasculinas*. 1^o ed. Salvador: Diálogos, 2021. p. 17 - 25.

OLIVEIRA, F. N. A. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. *Darandina Revista Eletrônica*, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1983-8379.2017.v10.2825>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PELÚCIO, L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 522-534, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200012>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PFEFFER, C. A. “Women’s Work”? Women Partners of Transgender Men Doing Housework and Emotion Work. *Journal of Marriage and Family*, v. 72, p. 165-183, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2009.00690.x>. Acesso em: 3 set. 2025.

PFEIL, C. L.; PFEIL, B. L. A produção patológica do antagonismo: a institucionalização da violência contra pessoas trans. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2024.

PICHON-RIVIÈRE. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Texto originalmente publicado em 1982.

PIVA, A. Os conflitos conjugais: desejo, sexualidade, poder e violência. In: TRACHTENBERG, A. R.; PIVA, A.; KOPITTKKE, C. C.; PEREIRA, D. Z.; SOARES, G. F.; FERREIRA, P. P.; KORBES, J.; MELLO, V. H. P.; AVRITCHIR, R. *Por que a psicanálise vincular?*. Porto Alegre: Criação Humana, 2018. p. 186-204.

PIVA, A. *Vincularidade: teoria e clínica*. São Paulo: Zagodoni Editora, 2020.

PLATÃO. *O banquete*. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2012

PORCHAT, P.; OFSIANY, M. C. Quem habita o corpo trans? *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157698>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala*. São Paulo: Zahar, 2022.

PREU, R. O.; BRITO, C. F. A questão trans no cenário brasileiro. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 10, p. 95-117, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.vii10.27809>. Acesso em: 2 set. 2025.

PRUDENCIANO, C. *Construindo cidadania: a história de luta de travestis e transexuais no Brasil*. 1º ed. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2023.

ROCON, P. C. et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, p. 43-53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RODRIGUES, E. A. L.; MANSOUR, L. V.; LOPES, F. R. TRANSmutando o significado de amor: reflexões sobre amores travestis em uma sociedade neoliberal. *Das Amazônias*, v. 7, n. 1, p. 86–107, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/268903.7.1-7>. Acesso em: 23 ago. 2025.

RODRIGUES, J. W. C.; SILVA, B. R. N.; SIVA, L. V. O combate à transfobia na agenda de políticas públicas de segurança no Brasil: cenário atual e desafios. *Revista de Estudos Institucionais*, v. 7, n. 3, p. 1060–1080, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21783/rei.v7i3.490>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ROVAI, M. G. O. Por uma história dos afetos no presente: narrativas de mulheres trans/travestis sobre o direito de amar. *Projeto História*, v. 72, p. 228-256, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p228-256>. Acesso em: 1 set. 2025.

SILVA, G. P. da.; CARVALHO, D. F. Pesquisa narrativa autobiográfica: uma revisão de literatura de teses no período de 2019 a 2024. *Cadernos da Fucamp*, p. 1-21, 2025. Acesso em: 20 jan. 2025.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CABRAL, V.; LEE, D. 'Quando uma trans é morta, outras mil se levantam!': transnecropolítica e transresistência no Brasil. *Geografia*, v. 44, n. 2, p. 215-231, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/geografia.v44i2.15114>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SPIVACOW, M. *O casal em conflito: contribuições psicanalíticas*. Rio Grande do Sul: Triangulo Gráfica e Editora Ltda., 2018.

SUY, A. *A gente mira no amor e acerta na solidão*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

SWIFT, T.; ANTONOFF, J. Illicit affairs. In: *Folklore*. Republic Records, 2020.

TRACHTENBERG, A. R. et al. Por que Janine Puget? In:

TRACHTENBERG, A. R. et al. *Por que a psicanálise vincular?*. Porto Alegre: Criação Humana, 2018. p. 38-58.

ZAMBRANO, E. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, G.;

BOKANY, V. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2011. p. 97-107.

ZERBINATI, J. P., BRUNS, M. A. Transidentidade: da ruptura patologizante ao matiz da criatividade. 1^o ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.

Gender transition in marriage

ABSTRACT: This article aims to discuss gender transition in conjugality based on the autobiographical narrative material of Letícia Lanz in the book *A construção de mim mesma: história de uma transição de gênero* (2021), from the perspective of the psychoanalysis of bonds and in articulation with psychosocial studies. As an introduction, we provide a brief critical theoretical contextualization of so-called trans identities, then move on to define the couple and its relational dynamics, from the perspective of the “in-between.” Letícia Lanz’s story and her process of (trans)formation are examined within the conjugal dimension, in order to emphasize the various ways of being a couple in contemporary times, while also highlighting how cisheteronormativity continues to function as a prevailing standard.

KEYWORDS: Conjugality. Cisgender. Transgender. Couple. Psychoanalysis.

Maria Luísa TESSAROLLO XAVIER,

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Mestranda em Psicologia Clínica na Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduanda em Psicanálise e Relações de gênero pelo Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Relações de Gênero (IPPERG)

<https://orcid.org/0009-0000-9647-7871>

Isabel CRISTINA GOMES,

graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1990) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e Coordenadora do Laboratório de Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais; Coordenadora do Convênio Internacional UCES - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales de Buenos Aires e o IPUSP. Psicanalista de casal e família.

<https://orcid.org/0000-0001-9335-9706>

Maria Luísa Tessarollo Xavier.
Isabel Cristina Gomes.

877

Recebido em: 25/11/2025
Aprovado em: 16/02/2026